

Economia

MUDANÇA NOS ROYALTIES

Casagrande faz apelo em carta à Presidente

JUSSARA MARTINS - 21/07/2012

Na correspondência, governador resalta inconstitucionalidade da proposta de Vital do Rêgo, que traz prejuízos bilionários ao Estado

Joyce Meriguetti

Para sensibilizar o governo federal sobre o baque financeiro que o Espírito Santo sofrerá com a nova regra da distribuição dos royalties de petróleo, aprovada pela Câmara na semana passada, o governador Renato Casagrande fez ontem um apelo à presidente Dilma Rousseff para que ela veto o projeto de lei.

Na carta que encaminhou à Chefe de Estado, Casagrande resalta a inconstitucionalidade do novo projeto, chamado de emenda Vital do Rêgo, que provoca um prejuízo de R\$ 10,5 bilhões ao Estado e os municípios capixabas até 2020.

“Ao alterar os critérios de distribuição em áreas já licitadas, o texto aprovado na Câmara Fede-

ral dá forma a uma das mais truculentas agressões ao arranjo jurídico e institucional que sustenta a República e a democracia no Brasil”, protesta Casagrande na carta.

Ele acrescentou à correspondência o contexto econômico do Espírito Santo, que já foi penalizado com as mudanças na tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação, enfraquecendo a competitividade do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap).

Casagrande também deixou claro que, para defender os interesses do Estado, poderá ser adotado como “medida extrema” o recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF).

“Não solicitamos privilégios nem atenção diferenciada. O que exigimos dos demais estados é respeito”

Renato Casagrande, governador

“Quando o caminho do entendimento e da negociação responsável parece ter se esgotado, resta-nos confiar que Vossa Excelência impeça que seja consumada essa agressão aos direitos de dois estados federados com o veto presidencial à matéria aprovada pelo Congresso”, escreveu Casagrande.

Ele destacou ainda: “Não solicitamos privilégios nem atenção diferenciada. O que exigimos dos demais estados brasileiros é respeito.”

REUNIÃO

Ontem, Casagrande esteve reunido no Rio de Janeiro com o governador do estado fluminense, Sérgio Cabral, maior produtor de petróleo do País, que também vai acumular grandes perdas com a nova regra dos royalties.

“Foi uma reunião para trocar impressões. Concordamos que a presidente Dilma tem diversas razões para vetar a matéria e pode decidir também pelo veto parcial referente à quebra de contratos. Vamos esperar o posicionamento dela”, disse o governador do Estado.



CASAGRANDE se reuniu com Sérgio Cabral para discutir estratégias

TRECHOS DA CARTA

“Texto aprovado é um golpe duríssimo”

Pressão

“Desde que o Governo Federal enviou ao Congresso a proposta de novo marco regulatório para a exploração das reservas de petróleo na camada pré-sal, temos enfrentado a pressão dos estados e municípios não produtores [...]. Não satisfeitos com os ganhos futuros definidos no novo modelo de distribuição, [...] se deixaram seduzir pela perspectiva de uma arrecadação imediata.”

Agressão

“O texto aprovado na Câmara Federal dá forma a uma das mais truculentas agressões ao arranjo jurídico e institucional que sustenta a República e a democracia no Brasil.”

Golpe

“[...] o texto aprovado no Congresso

representa um golpe duríssimo para os estados produtores, principalmente Espírito Santo e Rio de Janeiro. Sem os recursos previstos, investimentos essenciais ao desenvolvimento desses estados deixarão de ser realizados e haverá grandes dificuldades para manter os serviços públicos no mesmo patamar de qualidade e abrangência.”

Investimentos

“Mas se o golpe é duro para os estados, para alguns municípios significa perdas ainda maiores, principalmente na sua capacidade de investir em áreas prioritárias para o bem-estar da população capixaba.”

Justiça

“[...] empreenderemos todos os esforços necessários para revogar a decisão insensata que levou à aprovação

da chamada ‘emenda Vital do Rêgo’. E isto incluirá, por certo, o recurso ao Supremo Tribunal Federal, como medida extrema, em caso de falência do bom senso e das alternativas políticas.”

Confiança

“Quando o caminho do entendimento e da negociação responsável parece ter se esgotado, resta-nos confiar que Vossa Excelência impeça que seja consumada essa agressão aos direitos de dois estados federados com o veto [...]”

Respeito

“Não solicitamos privilégios nem atenção diferenciada. O que exigimos dos demais estados brasileiros é respeito ao esforço que desenvolvemos para construir no Espírito Santo uma sociedade mais próspera [...]”

Decisão de Dilma até dia 30

BRASÍLIA

O projeto de lei que cria a regra para a distribuição dos royalties do petróleo já está na Casa Civil da Presidência da República, e a presidente Dilma Rousseff tem até o próximo dia 30 para sancioná-lo ou vetá-lo.

O texto chegou na última sexta-feira, à noite, segundo informou a Casa Civil ontem.

Na própria sexta-feira, porém, a informação dada à reportagem, pouco depois das 20 horas, foi de que o projeto ainda não havia chegado ao protocolo da Casa Civil.

O presidente da Câmara, Marco Maia, está reunido com a presidente Dilma e, entre os assuntos da pauta, deve constar o projeto dos royalties.

Na semana passada, Maia havia decidido enviar à Presidência o texto como foi aprovado pela Câmara, sem a correção de erro em tabela com percentuais de distribuição, que já estava no texto do Senado.

ANP

A diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard, disse ontem que a atual discussão em relação à distribuição dos royalties é uma questão política da qual a agência não se envolve.

De acordo com ela, a agência vai apenas implantar a lei que for aprovada.

“Essa é uma questão política”, disse Magda durante evento no Rio de Janeiro.



SESSÃO no Supremo Tribunal Federal: estados lutam para manter ganhos

Estado e Rio lideram disputas

Se o Espírito Santo e o Rio de Janeiro decidirem entrar com ação na Justiça para evitar que as novas regras de distribuição dos royalties passem a vigorar, não será a primeira vez que os dois estados recorrem até as últimas consequências para garantir seus direitos.

A luta para manter os ganhos vindos da exploração de petróleo já tem precedentes no Judiciário, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), os dois estados estão entre os que participam do maior número de litígios entre entes da federação a serem mediados pela Corte.

O maior motivo dos conflitos é exatamente o questionamento sobre a divisão dos royalties.

Em setembro, o STF criou o Foro Permanente de Mediação de Conflitos Federativos, em que representantes da AGU e de procu-

radorias regionais tentariam solucionar os impasses entre governos e demais poderes de uma forma extrajudicial.

Há cerca de 10 anos, estados e municípios contestam judicialmente algum critério para o pagamento ou a divisão dos royalties.

Grande parte das ações pedia para interromper a votação de projetos de lei que mudaria as regras atuais, mais favoráveis às cidades produtoras.